

A água da cidade está por um fio

Normalidade do fornecimento depende do Descoberto, ameaçado. Sugerido imposto menor para quem economizar

Ricardo Mendes
 Da equipe do Correio

Dezesseis estados brasileiros já adequaram sua legislação à Política Nacional de Recursos Hídricos, definida em janeiro de 1997 pela Lei 9.433. O 16º foi o Rio de Janeiro, em 2 de agosto deste ano. O Distrito Federal ainda está devendo. Foi o que lembrou José Leomax dos Santos, assessor da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, durante evento realizado na manhã de ontem no plenário da Câmara Legislativa: a Comissão Geral da Água, proposta pelo deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB).

Durante duas horas, oito autoridades e especialistas no assunto discutiram sobre os problemas hídricos do Distrito Federal e região do Entorno — desde a necessidade de uma nova legislação até o diagnóstico da escassez. Leomax definiu como um problema de interesse nacional a preservação da qualidade da água na barragem do Descoberto, responsável por 61% do abastecimento na capital e ameaçada pela ocupação desordenada do solo na margem goiana do lago, no município de Águas Lindas.

“A questão do Descoberto é crítica e tem de ser equacionada”, afirmou Leomax. Ele defendeu a descentralização da gestão dos recursos hídricos, com participação da comunidade na definição de como devem ser usados os mananciais e como os governos podem cobrar pelo seu uso. Nesse sentido, Rollemberg apresentou este ano um projeto de lei para enquadrar o Distrito Federal na Lei 9.433 e estabelecer que o aproveitamento das fontes seja disciplinado por comitês compostos por representantes do governo (que seriam, no máximo, 50% dos participantes), de entidades não-governamentais e da população.

A Comissão lembrou haver outras saídas. O secretário de Meio Ambiente, Antônio Luiz Barbosa, acredita ser suficiente regulamentar a Lei Distrital 512/93, que disciplina o aproveitamento das fontes. E o presidente da Câmara, deputado Edi-

mar Pireneus (PMDB), também apresentou um projeto para o setor.

Pireneus declarou que vai propor à Mesa Diretora a criação de uma comissão permanente formada pelos participantes da Comissão Especial — especialistas da Universidade de Brasília (UnB), da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e do governo local — com a função de orientar os parlamentares na discussão de projetos ligados à questão da água “até que sejam votados”.

O diretor de Sistema de Esgotos da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), José Antônio da Silveira, demonstrou que o brasileiro consome mais água na estiagem, de maio a setembro, quando a oferta é menor. Esse aumento chega a 72% no Lago Sul, 93% no Lago Norte e quase 100% no Riacho Fundo.

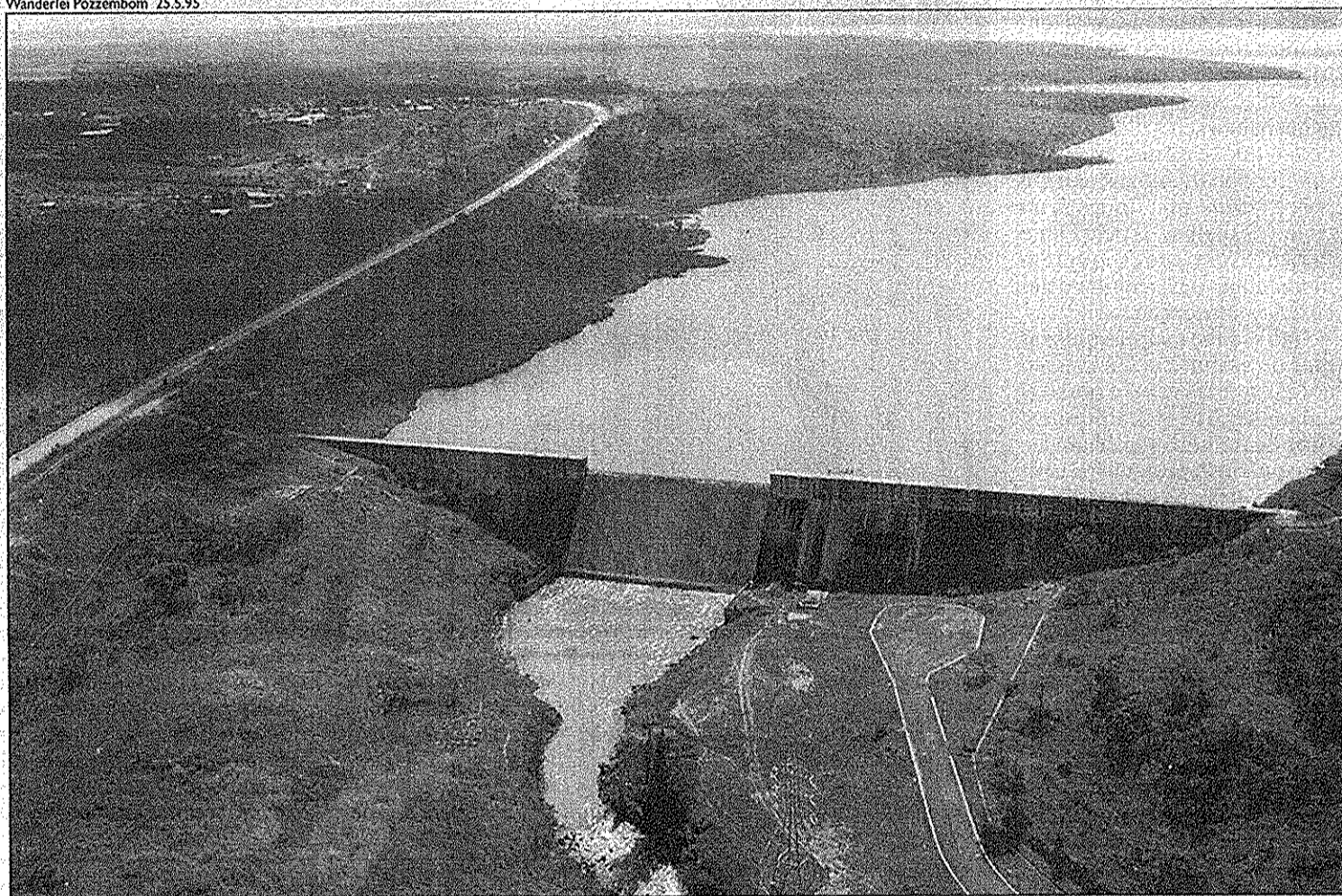
Quem ainda não se convenceu da escassez dos mananciais deve observar o que disse na Câmara o engenheiro civil Oscar Cordeiro Netto, professor da UnB especializado em gestão de recursos hídricos: Paraíba e Pernambuco são as únicas unidades da Federação com uma oferta de água por habitante pior que a do Distrito Federal. “Vivemos um estresse hídrico”, resumiu, sem apresentar números. “Por que não se pensar em tarifas mais punitivas na época da estiagem?”

Essa é justamente uma das idéias propostas por Rodrigo Rollemberg. De acordo com o Projeto de Lei 283/99, de sua autoria, os imóveis que reduzirem em 10% o consumo entre os meses de maio e outubro — em relação ao mesmo período do ano anterior — ganharão 10% de desconto no Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) no ano seguinte. “Não chegaria a prejudicar a arrecadação, porque é uma meta difícil de cumprir, mas já serviria como incentivo à economia”, avalia o parlamentar.

DICAS PRÁTICAS

Rollemberg e os demais participantes da Comissão Geral da Água destacaram a necessidade de investir em medidas educati-

Wanderlei Pozzembom 25.5.95



Técnico alerta que a barragem de onde vêm 61% da água consumida no DF está ameaçada pela ocupação irregular do solo em Águas Lindas

MEMÓRIA

A ESCASSEZ JÁ MOSTROU A SUA CARA

De maio ao início de setembro, período da seca no Distrito Federal, a escassez levou ao racionamento em Sobradinho e à redução do volume de água nas casas do Lago Sul. Essas foram as localidades mais prejudicadas pela estiagem, quando o brasileiro gasta mais sem poder: o consumo médio na região é de 10 mil litros por segundo (l/s), mas apenas 8,4 mil l/s são produzidos nos

meses secos.

O momento mais crítico para o abastecimento ocorreu na passagem de agosto para setembro, quando se atingiu a marca de três meses de estiagem. Em Sobradinho, os moradores enfrentaram uma semana de racionamento, com 18 horas seguidas sem água por dia, no fim de agosto.

Nas quadras altas do Lago Sul, bairro nobre de Brasília, como as QL e QI 18, a queda de pressão provocada pela redução do volume de água deixou vários conjuntos com as torneiras vazias.

A crise foi produto do descompasso entre oferta e deman-

da. Sobradinho passou a gastar 17% a mais na seca, enquanto a oferta caía 30%. No Lago Sul, o consumo cresceu 42%, e a quantidade de água potável disponível encolheu 30%.

De acordo com o presidente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), Fernando Leite, há quatro anos chove menos na cidade que a média anual histórica de 1.700 milímetros. Ele conta que a média tem sido de 1.400 mm, com o mínimo de 1.000 registrado em 1996. Até o fim de agosto, só havia chovido 500 mm em 1999. Resultado: a recarga dos mananciais foi insuficiente.

vas contra o desperdício. Para isso, valem campanhas publicitárias e a inclusão de noções de uso econômico no currículo escolar, com dicas práticas. “Escovar os dentes com a torneira aberta gasta 12 litros em cinco minutos, mas fechar a torneira e substituí-la por um copo d’água economiza mais de 11,5

litros”, ilustrou o deputado. Professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB), José Elói Guimarães falou sobre as reservas existentes no subsolo. “A água subterrânea no Distrito Federal é escassa”, advertiu. Ele explicou que há dois tipos de reservas subterrâneas, diferenciadas

pelo tipo de solo. Terrenos com predomínio de solo arenoso têm grande capacidade de armazenagem. Mas as reservas encontradas na região da capital encontram-se, principalmente, em fraturas nas áreas rochosas — com menor potencial de conter água.

Elói alertou que a cidade vive

a chamada sobre-exploração de aquíferos. “Está se retirando mais água do ambiente do que a natureza pode repor, e já temos fontes secando”, sintetizou. Segundo ele, o problema é agravado pela impermeabilização do solo — feita por construções ou obras como estradas, que compactam a terra — em áreas de recarga dos mananciais subterrâneos. No DF, essas áreas costumam ficar em pontos mais altos do relevo.

Para preservar a água subterrânea e permitir que ela garanta “de 10 a 15% do abastecimento da região”, Elói defende a realização de estudos para estimar as reservas e suas capacidades de exploração sustentável (sem extrair mais do que a natureza repõe). Também sugere a prática de recargas artificiais, como instalar nas casas e ruas calhas que dirijam a água das chuvas para pontos de recarga no subsolo.

José Antônio da Silveira lembrou que, se a Caesb não investir em novas obras — como a barragem do Pípiripau, em Planaltina, prevista para operar a partir de abril de 2000 —, o consumo de água no ano 2010 será inferior à oferta, numa diferença de 2 mil litros por segundo.